



O CONTROLE SOCIAL NO ALTO SERTÃO SERGIPANO EM CONJUNTO COM O COLEGIADO TERRITORIAL

Carla Alessandra da Silva Nunes¹

Taiane Almeida do Nascimento²

Theresa Cristina Zavaris Tanezini³

EIXO TEMÁTICO: Educação, Sexualidade e Direitos Humanos

RESUMO

Este estudo tem como objeto de análise os Conselhos de Políticas Públicas e de Direito do Alto Sertão Sergipano, visa contribuir para fortalecer o Colegiado Territorial do Alto Sertão Sergipano e o controle social de políticas públicas na discussão de propostas que ampliem o acesso das famílias rurais aos direitos sociais. Fez-se necessário nesta investigação, acompanhar a dinâmica do Colegiado; sistematizar e socializar os resultados da pesquisa realizada coletivamente no PIBIX 2009/2010; a partir do repasse para o Colegiado Territorial do Alto Sertão Sergipano, aos Movimentos Sociais, aos técnicos (as) que trabalham na Assessoria Técnica Social e Ambiental em Assentamentos-ATES e do INCRA e outras entidades que solicitaram- Projovem Campo.

Palavras- Chave: Conselhos, Questão Agrária, Controle social.

RESUMEN

Este estudio tiene como objeto de análisis los Consejos de Políticas Públicas y de Derecho del Alto Interior Sergipano, visa contribuir para fortalecer el Colegiado Territorial del Alto Interior Sergipano y el control social de políticas públicas en la discusión de propuestas que amplíen el acceso

¹ Profª MSc. e orientadora do Projeto Universalização do Acesso aos Direitos Sociais em Áreas de Reforma Agrária e Comunidade de Pequenos Agricultores do Alto Sertão Sergipano do Programa de Bolsas de Iniciação à Extensão- PIBIX/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, Cursos de Serviço Social, carlesandra@ig.com.br.

² Estudante Bolsista e Estagiária Supervisionada em Serviço Social no Projeto Universalização do Acesso aos Direitos Sociais em Áreas de Reforma Agrária e Comunidade de Pequenos Agricultores do Alto Sertão Sergipano do PIBIX/CNPq.

³ Profª MSc. e coordenadora do Projeto Universalização do Acesso aos Direitos Sociais em Áreas de Reforma Agrária e Comunidade de Pequenos Agricultores do Alto Sertão Sergipano do PIBIX/CNPq, theresacristinatanezini@hotmail.com.

de las familias rurales a los derechos sociales. Se hizo necesario en esta investigación, acompañar la dinámica del Colegiado Territorial del Alto Interior Sergipano; sistematizar y socializar los resultados de la investigación realizada colectivamente en el PIBIX 2009/2010, a partir del repase para el Colegiado Territorial del Alto Interior Sergipano, los Movimientos Sociales, a los/las técnicos (as) que trabajan en la Assessoria Técnica Social e Ambiental em Assentamentos- ATEs el INCRA y otras entidades que solicitado- Projovem Campo.

Palabras- Clave: Consejos, Cuestión Agraria, Control social.

1 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL

*Sofre o neto, o filho e o pai
Para onde o pobre vai
Sempre encontra o mesmo mal
Esta miséria campeia
Desde a cidade à aldeia
Do sertão à Capital

Patativa do Assaré*

A partir do trabalho, o ser humano é um ser social, com leis de desenvolvimento historicamente distintas das leis naturais, pois, no caso das abelhas, nas formigas e nos demais animais, a organização e a execução das atividades fazem parte da condição biológica para o desenvolvimento. Contudo, no homem, a transformação da natureza se dá de maneira diferente, porque a ação humana é projetada na consciência para ser colocada em prática, ou seja, tem-se a capacidade de idealizar e objetivar as ações anteriormente. Nisso se funda a diferença entre homem e natureza.

É no desenvolvimento do processo de produção que são utilizados os instrumentos necessários para realização do trabalho, em que o homem possui a capacidade teleológica de projetar a idéia melhor.

Os elementos componentes do processo de trabalho são:
1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho;
2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;
3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho (MARX, 2009, p.212).

Na construção de um mundo objetivo o homem se transforma, adquirindo novas habilidades e conhecimentos (objetivos e subjetivos), cuja objetivação é a transformação da natureza no sentido desejado pelos homens, onde as necessidades atendidas darão origem a novas necessidades, que conduzem a novas prévias-ideações e novas objetivações (LESSA, 2008).

Se o objeto de trabalho é, por assim dizer, filtrado através de trabalho anterior, chamamo-lo de matéria-prima. Por exemplo, o minério extraído depois de ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho (MARX, 2009, p.212).

A análise da questão social nas relações de trabalho põe em questão diferentes projetos societários, interesses de classe que perpassam a concepção e orientação das políticas sociais (IAMAMOTO, 2001).

Conjunto das expressões da desigualdade social engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

Stédile (2006) enriquece a compreensão dessa categoria a partir do referencial teórico- metodológico da economia política, ao focar as relações sociais de produção contraditórias e conflitivas.

[...] “questão agrária” o conjunto de inter-relações derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/ prática oficial “mais adequada” para o desenvolvimento nacional (STEDILE, 2006, p.78).

A Revolução Industrial inglesa da segunda metade do século XVIII e do século XIX, nos demais países europeus, aprofunda e acelera o processo de industrialização, que acentua em escala progressiva a separação radical entre produtor direto (camponês/ as) e meios de produção. A lógica do capital para obter mais lucro por meio da exploração dos (as) trabalhadores (as) (mais-valia), continua transformando os (as) camponeses (as) em assalariados (as) rurais ou em força de trabalho disponível para as grandes indústrias nos centros urbanos, engrossando as fileiras do exército industrial de reserva. Apesar da participação ativa de camponeses nas revoluções burguesas que consolidaram o sistema capitalista (1648 e 1688 na Inglaterra e 1789 na França), as propostas políticas de reforma

agrária radical (camponesa), foram derrotadas, não solucionando a questão agrária (TANEZINI, 2010) ⁴.

Aos pobres, a exploração do trabalho é a forma que o sistema capitalista tem de deter os meios de produção, oferecendo a sua força de trabalho um preço cristalizado, irrisório, em que o trabalho é uma mera mercadoria para a produção de lucro, cujos trabalhadores (as) estão em desvantagem, sobretudo pelo duplo caráter que tem o trabalho. A organização do trabalho no sistema capitalista estabelece relações sociais baseadas em desprovidos dos meios de produção, que vendem a sua força de trabalho para acumulação do capital, da riqueza socialmente produzida pela minoria da população. Acentua-se na vida humana o alicerce na exploração do homem pelo homem.

A questão está intrinsecamente ligada ao processo de acumulação de riqueza e suas conseqüências sobre o conjunto das classes trabalhadoras, exigindo políticas sociais públicas em resposta às expressões da relação de trabalho, Estado e Capital na sociedade contemporânea e a acumulação e expansão capitalista. A conquista dos direitos trabalhistas e outros direitos sociais conduziu as sociedades européias às experiências de construção do Estado Social no século XX (Estado proletário e Social Democracia) conforme evidencia Tanezini (2010). No sentido de expandir-se, a lógica do Capital permanece essencialmente atrelada à obtenção de lucro, nos distintos contextos do desenvolvimento social, econômico e político das diferentes formações históricas. As particularidades do processo de produção de riqueza devem ser investigadas para se conhecer os determinantes da questão social em cada formação sócio-econômica e compreender suas manifestações, saindo da visão eurocêntrica, evolucionista, cujo progresso é linear, substituindo-a por uma compreensão do desenvolvimento capitalista desigual e combinado, cuja teorização foi elaborado por Trotsky, resgatada por Löwy (2010).

Segundo Löwy ‘Sobre este território novo, o capital inglês ou francês, quintessência da obra histórica dos séculos’, não pode repetir o seu itinerário anterior: ele “salta”, por assim dizer, as etapas intermediárias do seu crescimento “anormal” e “orgânico” (Europa Ocidental, como o pequeno ofício e a manufatura, e se manifesta imediatamente em sua figura mais moderna e avançada a grande indústria (LÖWY, 2010, p.75)”. A categoria da totalidade é um princípio revolucionário do conhecimento, e afirma que “todos os estágios de civilização” não são apenas coexistentes entre si, mas articulam o processo de desenvolvimento capitalista,

⁴ Estas idéias são fruto das discussões, debates e orientações nas reuniões do Projeto Universalização do Acesso aos Direitos Sociais em Áreas de Reforma e Comunidade de Pequenos Agricultores Familiares do Alto Sertão Sergipano/PIBIX/PROEX.

criando condições locais atrasadas e condições gerais avançadas para o desenvolvimento do modo de produção os lugares não comuns historicamente, mas com bases concretas para a sua existência.

Estes diferentes estágios não são simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, “se amalgamam”: o processo do desenvolvimento capitalista e cria, pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas), “um amálgama social cuja natureza não pode ser definida pela busca de lugares comuns históricos, mas somente por meio de uma análise com base materialista (LÖWY, 2010, p. 75).

O desenvolvimento desigual do capital impôs determinantes estruturais na totalidade concreta das sociedades colonizadas desde a sua origem, de tal modo que, mesmo após a conquista da independência política estabeleceram um modelo nacional de desenvolvimento social e econômico marcado pela cristalização das desigualdades de sua formação.

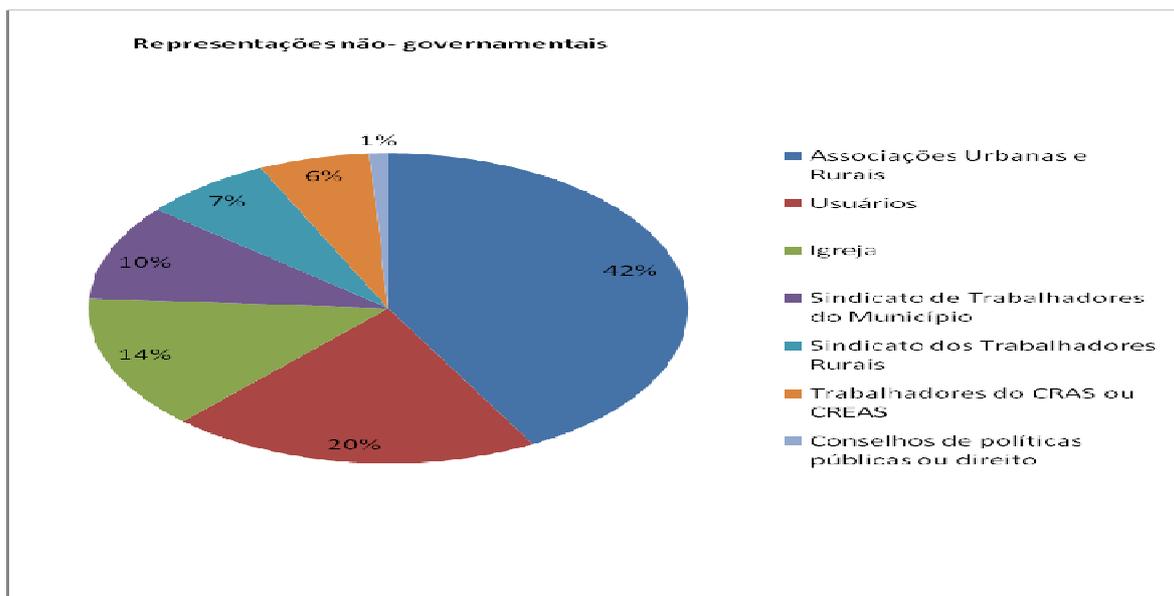
2 ANÁLISE DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo*

João Cabral de Melo Neto

2.1 Participação da Sociedade Civil nos Conselhos de Canindé de São Francisco/SE

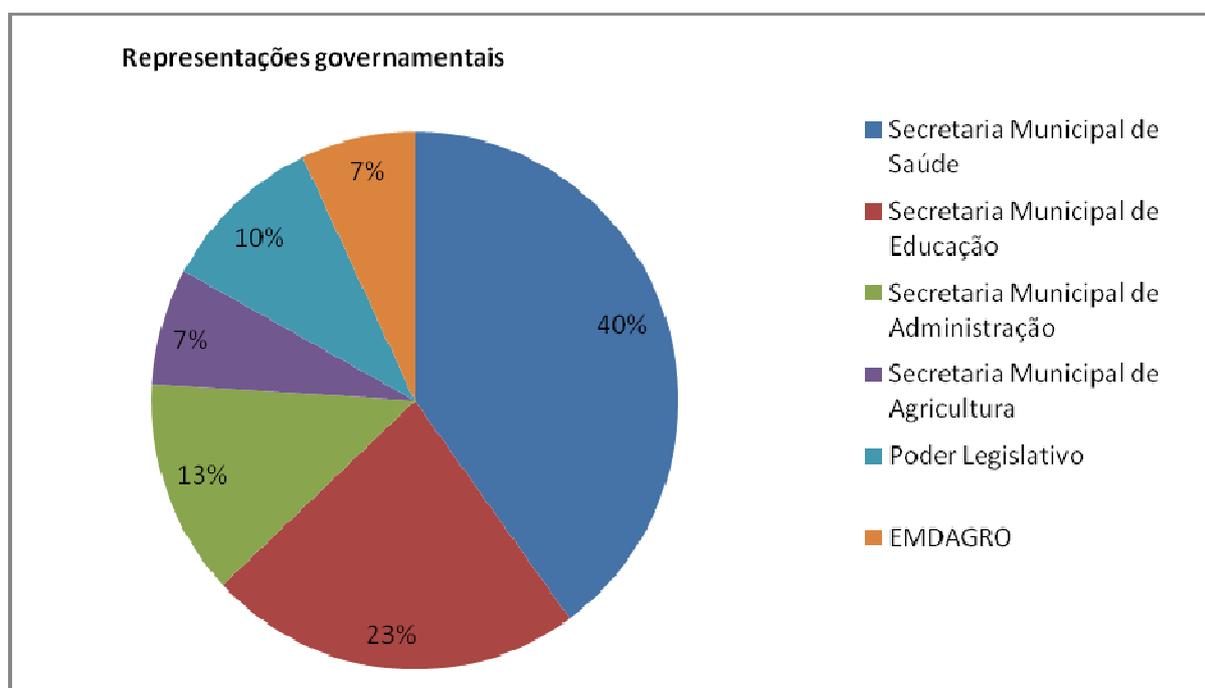
Gráfico 1 - Conselheiros (as) representantes não- governamentais



Fonte: Elaboração da autora.

Com relação às organizações não- governamentais 42% são de associações urbanas e rurais, 20% usuários, 14% Organizações da Igreja, 10% do Sindicato de Trabalhadores do Município, 7% Sindicato de Trabalhadores Rurais, 6% Trabalhadores do CRAS ou CREAS e 1% Conselhos de políticas públicas ou direito, levando as prioridades na construção das políticas públicas em seu cotidiano.

Gráfico 2- Conselheiros (as) representantes dos órgãos governamentais

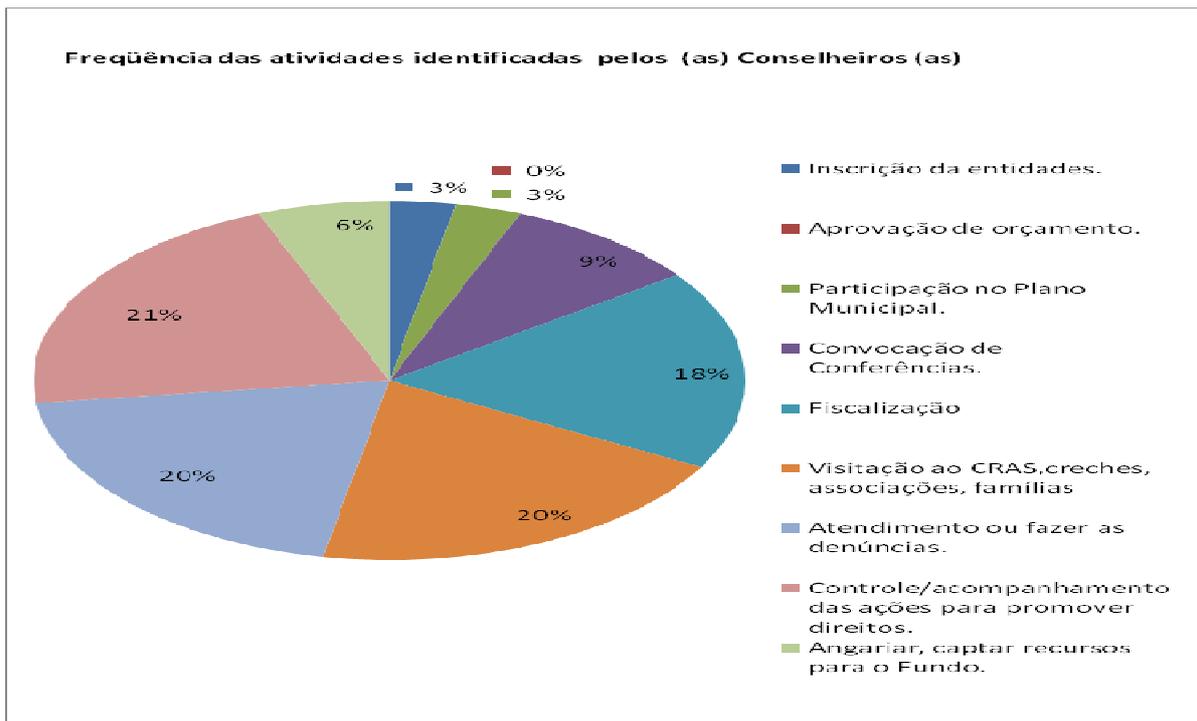


Fonte: Elaboração da autora.

Das representações governamentais a maioria de 40% é responsável pela Secretaria Municipal de Saúde, que executa a Política Nacional de Saúde em sua esfera de governo, tendo como marco legal a Lei Orgânica da Saúde- LOS nº 8.080. Logo em seguida 23% da Secretaria Municipal de Educação executa, implementa, coordena a política educacional que segue as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº 9.394 junto ao Conselho Municipal de Educação de Canindé de São Francisco- CONMECSF, 13% da Secretaria Municipal de Administração que tem direção da política pública municipal, de orientando- se através da Lei Orgânica do Município de Canindé de São Francisco- SE, podem está associados os Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA, haja vista que não tem secretarias definidas para sua representação, neste caso a secretaria fará intersetorialidade na execução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional com as demais secretarias, 10% do Poder Legislativo que formula e aprova as leis no município, 7% da Secretaria Municipal de Agricultura, órgão da administração direta que planeja, executa, coordena a Política Agrária e Agrícola junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável- CMDS, conforme II Plano Nacional de Reforma Agrária- PNRA: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural e o Plano de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão Sergipano- PDTS, com 7% da participação da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe- EMDAGRO, órgão da administração indireta , responsável pela Assessoria Técnica em Extensão Rural- ATER, a fim de fortalecer a cadeia produtiva da região, tem representatividade junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável- CMDS, no exercício do controle social.

2.2 Objetivos e Principais Atividades Realizadas pelos Conselhos de Canindé de São Francisco/SE

Gráfico 3 - Principais atividades identificadas pelos (as) Conselheiros (as)



Fonte: Elaboração da autora.

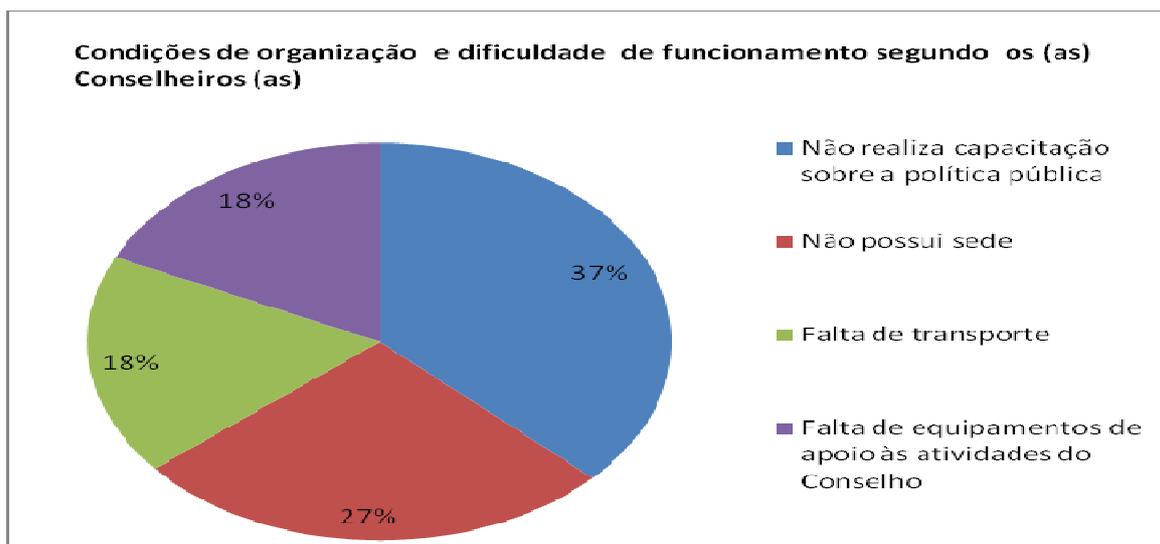
A natureza dos Conselhos também pode ser analisada a partir das atividades por eles realizadas. As atividades desenvolvidas pelos (as) Conselheiros (as) 21% são controle, acompanhamento das ações para promover direitos, 20% atendimento ou fazer a denúncia, 20% visitas ao Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, creches, associações e famílias, 18% fiscalização, 9% convocação de Conferências, 6% angariar e captar recursos para o Fundo, 3% inscrição de entidades, 3%, participação no Plano Municipal. No território do Alto Sertão Sergipano, mais especificamente na região de Canindé de São Francisco- SE, onde as pesquisas com os Conselhos foram realizadas, constatou-se que são vários os objetivos desses órgãos para a realização dos direitos sociais. A maioria dos (as) entrevistados (as) afirmou que o objetivo do Conselho está relacionado a acompanhar, fazer ou melhorar a própria política, dentre outros a fiscalização, o trabalho com indicadores e as atividades que o próprio Conselho desempenha são o norte dessa instância colegiada, de acordo com os depoimento do (a) entrevistado (a).

O objetivo maior é fazer a política entre a governabilidade entre governo e comunidade das políticas públicas. A comunidade sente a necessidade a exemplo, os programas das disciplinas, agente vai avaliar e acompanhar, em todos os aspectos, alimentação escolar, os banheiros. A partida dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, do MEC e Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para

*Instituições de Educação Infantil, a educação infantil é toda nossa.
(CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANINDÉ DE
SÃO FRANCISCO-CONMECSF).*

2.3 Condições de Funcionamento e Principais Dificuldades dos Conselhos de Canindé de São Francisco/SE

Gráfico 4 - Condições de organização e dificuldade de funcionamento



Fonte: Elaboração da autora.

A capacitação sobre a política pública não é realizada em 37% dos Conselhos, a saber: o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE e o Conselho Municipal de Saúde- CMS, tendo apenas capacitação do Estado quando tem acesso a hospedagem e alimentação.

Sobre a infraestrutura dos Conselhos – sede, transporte e equipamentos –, a maioria dos Conselhos não possuem. 27% não possuem sede própria, dentre estes o Conselho Municipal de Alimentação Escolar- CAE, o Conselho Municipal de Direito e Proteção do Idoso- CMDI, realizando as reuniões em locais vinculados à política pública. Não há uma Casa dos Conselhos em Canindé de São Francisco, o que dificulta o trabalho intersectorial a troca dos experiência, dados, informações, além dos 06 Conselhos sem gestão e /ou desativados. Contudo, poucos possuem sede própria independente de um órgão da Secretaria aos quais estão vinculados, a exemplo do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, Conselho Municipal de Educação de Canindé de São Francisco- CONMECSF, Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente- CMDCA e Conselho Tutelar- CT. Alguns têm infra-estrutura, porém estão na sede da própria Secretaria. Dos Conselhos entrevistados

18% não possuem carro para o transporte, a exemplo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável- CMDS; Conselho Municipal de Educação de Canindé de São Francisco- CONMECSF, para visitas técnicas; o Conselho Municipal de Saúde- CMS para a realização das atividades, requerendo o carro e a liberação pelo Departamento de Transporte do município. 18% não tem equipamento de apoio ao Conselho, como o Conselho Municipal de Alimentação Escolar. Há também dificuldade de exercício do controle social junto à pouca participação da sociedade civil e a ameaça por parte da população quando denuncia ou faz exigência dos direitos dos usuários ao poder público, o reconhecimento da autonomia do Conselho no Município.

3 A SOCIALIZAÇÃO DA PESQUISA NO PROCESSO DE REFORÇO AOS PROGRAMAS DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

*Quando vim da minha terra,
se é que vim da minha terra
(não estou morto por lá?),
a correnteza do rio
me susurrou vagamente*

Carlos Drummond de Andrade

Os princípios norteadores da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS⁵ - Estágio em Serviço Social são *a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológicas, ético- política e técnico-operativa*, afirmando articulação na práxis profissional e evitando a ênfase na operacionalização do desfavorecimento ético na formação profissional, além da orientação teórica na realização do estágio. O segundo princípio é *articulação entre formação e exercício profissional* por meio da interação entre discentes e profissionais, na identificação, análise, respostas e desafios vindos a desenvolver competências, estimular a socialização do conhecimento por meio da reflexão coletiva. O terceiro princípio é *a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica⁶ e de campo⁷*, ação coletiva de planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem na perspectiva de desenvolver a capacidade investigativa, crítica, propositiva e na intervenção da realidade. Já o

⁵ Art. 2º: I- propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação (ABEPSS, 2008).

⁶ Supervisores (as) Acadêmicos (as): orientam os estagiários e avaliam o aprendizado, visando a qualificação do estudante na formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético- políticas e técnico-operativas, e dialogam com o supervisor de campo para essa finalidade de acordo com o Plano de Estágio (idem, 2008).

⁷ Supervisores (as) de Campo: buscam a inserção, acompanhamento e orientação do discente em campo, em consonância com o Plano de Estágio, Projeto Pedagógico e programas institucionais(idem, 2008).

quarto princípio refere-se à articulação entre *universidade e sociedade* na potencialidade do estágio de fomentar conhecimento frente às demandas e desafios contemporâneos.

Um dos princípios mais discutidos no campo de estágio diz respeito ao quinto o qual trata da unidade *teoria-prática*, haja vista este como um processo dialético, não idêntico, mas que se associa no decorrer do fazer profissional, principalmente a partir do norte ético-político da profissão. O sexto princípio é *interdisciplinaridade* na articulação do conhecimento profissional com diferentes categorias profissionais no processo coletivo do espaço institucional. Por conseguinte, o sétimo princípio – a *articulação entre ensino-pesquisa-extensão* – tem a perspectiva de totalidade efetivar o tripé da formação profissional nos diversos espaços de intervenção. A concepção de Estágio Supervisionado é formulada no conjunto dos princípios.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (RESOLUÇÃO DO CFESS Nº 533, 2008, p. 01).

Compreende-se que é fundamental determinar os processos de mediação teoria/prática à função social da universidade em produzir e socializar conhecimentos à sociedade, construindo coletivamente com a Política Nacional de Estágio - PNE, a defesa de um projeto profissional cujo horizonte seja a ampliação dos direitos sociais. A Política Nacional de Extensão para as Instituições Públicas de Ensino Superior foi elaborada no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras- FORPROEX.

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (Plano Nacional de Extensão, 1999, p. 29-30).

As diretrizes para a Extensão Universitária são expressas em quatro eixos: *o impacto e a transformação*, que estabelecem a relação entre a universidade e outros setores, objetivando a ação transformadora voltada para os interesses da maioria da população, além de programar o desenvolvimento regional e de políticas públicas. No segundo eixo encontra-se a *interação dialógica* que desenvolve as relações entre universidade e setores sociais, por meio do diálogo, troca de saberes, buscado superar o discurso hegemônico da universidade

em estender o conhecimento acumulado. O terceiro eixo é a *interdisciplinaridade* – a interação de conceitos, métodos, operacionalização – a qual vem a ser pilar para o trabalho dos atores no processo social e conduz a interinstitucionalidade. Já o quarto eixo é a *indissociabilidade ensino- pesquisa- extensão*, a reafirmação da extensão como processo acadêmico, considerando que todo processo de extensão esteja vinculado à formação de pessoas e conhecimento desde que o estudante seja protagonista da sua formação técnica e cidadã, a partir da visão transformadora e um compromisso social.

3.1 1ª Linha de Intervenção: Acompanhamento do Colegiado Territorial do Alto Sertão Sergipano: Por um Novo Projeto Societário da Coletividade

3.1.1 Socialização dos Resultados da Pesquisa para o Público-Alvo do Projeto

Na viagem de campo da reunião do Colegiado Territorial do Alto Sertão Sergipano, realizada no dia 30 de Novembro de 2010, às 09h00min, em Gararu - SE, houve a tentativa de estimular e apresentar o Colegiado a partir da descentralização das reuniões, tendo como pauta: A História do Colegiado Territorial, que constituiu em uma das maiores reuniões do deste órgão, cuja participação apresenta uma diversidade de municípios, técnicos (as), movimentos sociais e da UFS, com a participação da Coordenadora do projeto a Professora MSc Theresa Cristina Z. Tanezini, supervisora de campo no Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório, da Professora MSc, Carla Alessandra da Silva Nunes, Supervisora acadêmica no Estágio Curricular Obrigatório e da discente de Ciências Sociais no PIBIX Cláudia Kathyúscia Bispo de Jesus e a estagiária de Serviço Social Taiane A. do Nascimento.

No campo do estágio supervisionado houve a articulação entre as supervisoras pedagógica e de campo. A primeira pôde analisar as correlações de forças nas relações sociais do Colegiado Territorial, deixando bem claro na reunião que não aceita regimento interno, dentre outras formas de institucionalização, o que parecia estranho nos debates de Laboratório de Ensino da Prática- LEP, como um órgão que rejeita a institucionalização gerir as decisões sobre os recursos no território? A resposta está na organização coletiva, que faz o camponês, o indígena, o quilombola, os associados, federados, movimentos sociais que resistirem às políticas sociais, impostas “de cima para baixo”, sem a menor discussão coletiva e decisão que contemple a realidade social da população dessa região.

Fotografia 1 - Plenária do Colegiado Territorial do Alto Sertão Sergipano



Fonte: Fotografia da autora no campo de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em S. Social.

3.1.2 No Coletivo de Juventude do Alto Sertão e Estudantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo - Saberes da Terra

Outro desdobramento foi o Seminário do Programa do Projovem Campo, o primeiro no Estado, localizado no município de Poço Redondo- SE, o evento contou com a presença de professores, estudantes usuários do programa, movimentos sociais, a exemplo da Juventude do Alto Sertão e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O mapa de Sergipe pintado em tecido representa os territórios sergipanos e serve para a mística de abertura do evento e ornamentação junto com símbolos dos homens e das mulheres do campo, o cacto e alimentos são do bioma típico da Caatinga da região. Cumpre registrar, a presença da professora de Ciências Humanas Alizete, Geógrafa e Mestranda em Meio Ambiente pela UFS, ao lado da estagiária do projeto de extensão, atendendo a solicitação do coletivo de juventude do Alto Sertão e de uma dirigente regional do MST, coordenadora do Projovem no campo e da coordenação de educação do campo na Secretaria de Estado da Educação, no município de Canindé do São Francisco. As cores das camisas diferenciavam as duas turmas presentes no evento de capacitação.

Fotografia 2 – Turmas do Seminário do Projovem Campo- Saberes da Terra em Poço Redondo/SE



Fonte: Fotografia da autora no campo de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em S. Social.

3.2 2ª Linha de Intervenção: Na Capacitação dos (as) Técnicos (as) da Área Social do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/SE

A Capacitação no INCRA foi realizada com o objetivo de discutir com os (as) técnicos (as) de Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATES, no GT Social, a perspectiva do Controle Social, na região do Alto Sertão Sergipano, trazendo informação aos usuários, sensibilizando os movimentos sociais acerca da importância da sociedade civil organizada nos Conselhos e da construção de políticas sociais que priorizem a realidade desta. Assim sendo, houve a necessidade de entender a importância das políticas sociais para a reforma agrária, além da questão fundiária, do acesso à terra. As propostas desse GT são da construção de Seminários de Capacitação dos (as) Técnicos (as) da ATES, com os temas definidos pelos (as) técnicos (as) de acordo com a sua realidade. Os materiais entregues à instituição do município foram matrizes de análises, caracterização geral, artigos, leis dos Conselhos, folder, apresentações de capacitações.

Fotografia 3 – Apresentação do Grupo de Trabalho - GT Social do INCRA



Fonte: Fotografia do GT Social do INCRA.

3.3 3ª Linha de Intervenção: A Socialização dos Resultados na Comunidade Acadêmica

Fotografia 4 - Apresentação do Trabalho, Controle Social em Canindé de São Francisco/SE



Fonte: Fotografia da autora no campo de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em S. Social.

A esquerda está a discente de graduação da Universidade Tiradentes – Unit Propriá representante da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social- ENESSO, Região 3 (SE, BA e AL), Conselheira de Educação pela Unit, Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis – LGBT, Rede de Educação Cidadã- Recid, Adriana Lohanna. A estagiária de Serviço Social, Taiane A. do Nascimento, representou a equipe, apresentando o conjunto do trabalho de pesquisa junto aos 72 Conselhos, nos 7 municípios do território do Alto Sertão sergipano e/ou Canindé do São Francisco, que identifica 15 Conselhos de Direito e Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Ilusão do Migrante**. Poetas Famosos. Disponível em: <<http://orbita.starmedia.com/~poemapage/famosos.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

ASSARÉ, Patativa. **Nordestino sim, Nordestinado não**. Grandes Autores. Disponível em: <http://www.fisica.ufpb.br/~romero/port/ga_pa.htm#Euqu>. Acesso em: 19 abr. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Questão Social no Capitalismo. Revista Temporalis nº 03**, Brasília: ABEPSS, 2001.

LÖWY, Michael. **A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Revista Actuel Marx** 1995. Disponível em: <<http://www.revistaoutubro.com.br/versaofinal>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica a Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária Hoje**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.